



8º Encontro Internacional de Política Social
15º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas
Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Serviço social: fundamentos, formação e trabalho profissional.

Reflexões acerca dos desafios e possibilidades do trabalho do Assistente Social com a população refugiada: notas introdutórias para o debate

Samara Vieira Franco¹

Resumo: Este texto tem por intencionalidade explicitar introdutoriamente reflexões sobre os desafios e possibilidades do exercício profissional do Assistente Social junto à população refugiada. Para tanto, o texto desenvolve primeiramente uma reflexão a respeito da caracterização do assistente social enquanto trabalhador assalariado que intervém na esfera do cotidiano, o que traz implicações em sua atuação. Posteriormente, ressaltamos como esse profissional está comprometido com valores radicalmente humanos. Por fim, buscamos aproximarmos da problematização do trabalho profissional com pessoas em situação de refúgio no Brasil.

Palavras-chaves: Cotidiano; Exercício Profissional do Assistente Social; População refugiada.

Reflections on the challenges and possibilities of the Social Worker's work with the refugee population: introductory notes for the debate

Abstract: This text intends to explicitly introduce reflections on the challenges and possibilities of the Social Worker's professional practice with the refugee population. To do so, the text first develops a reflection about the characterization of the social worker as a salaried worker who intervenes in the sphere of daily life, which has implications for their performance. Subsequently, we emphasize how this professional is committed to radically human values. Finally, we seek to approach the problem of professional work with people in situations of refuge in Brazil.

Keywords: Daily life; Professional Worker's Exercise; Refugee population

Introdução

É sabido que o Serviço Social vem gradativamente ampliando seu espaço de atuação, haja vista o reconhecimento legal da profissão, bem como o reconhecimento quanto às condições de vida e de trabalho nos processos sócio-culturais que permeiam a vida em sociedade. Nesse sentido, o trabalho com população refugiada é uma realidade em meio a pluralidade de espaços socio-ocupacionais do assistente social.

À guisa de esclarecimento, mediante ao quadro de violência empreendido nos dias atuais que forjam o refúgio, somado à recorrência de práticas restritivas e seletivas imigratórias adotadas na Europa e nos EUA, que dificultam o ingresso de imigrantes e refugiados – utilizando como justificativa a segurança nacional e a “guerra ao

¹ Doutoranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Email: samara.franco92@gmail.com.

terrorismo” principalmente após os eventos de 2001² –, o Brasil aparece como uma opção de estadia, apresentando desde 2010 um aumento significativo do número de solicitantes de refúgio e refugiados reconhecidos no país³ e que conseqüentemente passarão pelos equipamentos das políticas públicas brasileiras.

Compreende-se que a discussão sobre refúgio está circunscrita no debate sobre Direitos Humanos, revelando assim o compromisso da categoria com a questão relativa ao refúgio afinal estamos comprometidos com a defesa intransigente desses direitos.

É no cotidiano de trabalho que o Assistente Social lida com sujeitos em situação de refúgio, sendo assim, o conhecimento científico e a reflexão ética são fundamentais para a posição que o profissional assume nas relações com esses sujeitos e nos encaminhamentos, registros e pareceres que emite.

Nesse sentido, situamos o objetivo geral deste artigo: elucidar algumas indicações de análise sobre o cotidiano da atuação profissional do Assistente Social para que assim possamos destacar os desafios e possibilidades sobre o agir profissional frente a uma demanda aparentemente nova e que exige um esforço na sistematização do conhecimento sobre a realidade da população refugiada e os seus direitos e deveres, para que assim seja viabilizado um atendimento efetivo, viabilizador de direitos.

Dessa forma, o texto se subdivide em dois momentos: (1) um primeiro que problematiza o assistente social como trabalhador assalariado e conceitua o cotidiano que é questão fundamental à prática profissional dos assistentes sociais, uma vez que ele (o cotidiano) comporta o espaço da práxis; (2) um segundo que situa as

² Após os bombardeios às torres gêmeas do World Trade Center em 11 de setembro de 2001, o presidente da época, George W. Bush assumiu o compromisso de guerra ao terrorismo, declarando ao New York Times o seguinte: “Empregaremos toda a nossa posição de força e de influência sem precedentes para construir uma atmosfera de ordem e de abertura internacionais em que o progresso e a liberdade possam florescer em muitas nações. Um mundo pacífico de crescente liberdade atende aos interesses americanos de longo prazo, reflete os ideais americanos imorredouros e une os aliados da América. Buscamos uma paz justa [...]”. (George W. Bush - Assegurando o triunfo da liberdade, NYT, 11/09/2002. Disponível em: www.whitehouse.gov/nsc/nss)

³ Em 2010 houve 966 solicitações de refúgio no Brasil, número não tão expressivo se comparado com as solicitações que países da Europa e EUA recebiam neste período. Entretanto a partir de 2011 há um salto significativo tendo em vista a conjuntura mundial, na qual a guerra da Síria desponta no número de deslocados forçados frente ao conflito. Assim, em 2011, 3.220 pedidos, já em 2012, 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017, os números saltam aos olhos, alcançando em 2017, 33.865 solicitações, que se somam à mais de 50 mil pedidos não avaliados nos anos anteriores, o que provoca uma grande fila de espera no aguardo da análise do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE).

particularidades do exercício profissional do Assistente Social com a população refugiada e focaliza nos desafios e nas possibilidades para que esse trabalho viabilize direitos, afinal identifica-se que esse profissional está comprometido com valores radicalmente humanos.

Acreditamos na relevância deste debate, uma vez que as iniciativas de análise do trabalho profissional são primordiais para: contribuir com o processo de superação do cotidiano que é carregado pela aparência dos fenômenos; mas, sobretudo, para elucidar limites e possibilidades de intervenção profissional no trabalho com a população refugiada, fortalecendo o Serviço Social e estimulando o surgimento de novos questionamentos e reflexões que abordem a questão migratória e o atendimento à população refugiada marcada por diversas realidades e configurações.

Sendo assim, esse trabalho pretende contribuir com subsídios para que o Assistente Social possa aguçar a sua consciência crítica, de modo que desvende o real lançando subsídios para uma intervenção profissional comprometida com a construção de uma prática social crítica, propositiva e comprometida com os valores universais.

1. Serviço Social e cotidiano: apontamentos sobre o espaço de atuação do Assistente Social

A questão inicial que se coloca é explicitar a relação do Serviço Social com o cotidiano, pois a intervenção profissional do Assistente Social se dá na esfera do cotidiano, ou nas palavras de Netto “seu material institucional é a heterogeneidade ontológica do cotidiano” (NETTO, 2007, p.96). Entretanto, para tecermos considerações sobre a dimensão do cotidiano profissional, exige-se, antes de tudo, que busquemos compreender a profissão, para posteriormente analisarmos o espaço no qual atua o Assistente Social.

Compreender a profissão requer que o ponto de partida de nossa análise destaque que o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, logo, o assistente social é um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso no preço de sua força de trabalho: salário. Desta forma, o caráter social do trabalho do Assistente Social possui uma dupla dimensão: por um lado enquanto trabalho concreto atende a necessidades sociais, o que justifica a reprodução da própria profissão; por outro lado,

só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro enquanto trabalho abstrato⁴ possibilitando que esse trabalho privado adquira um caráter social.

No processo de divisão social do trabalho, o Serviço Social surge como um instrumento utilizado por grupos e frações dominantes para garantir a manutenção da ordem capitalista diante do acirramento das classes sociais diametralmente antagônicas. Ademais, sua matéria-prima de trabalho é a “questão social” definida por Yamamoto (2013) como “um conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura” (Idem, p.27).

As demandas históricas-sociais passam a sofrer a intervenção profissional do Assistente Social sem que o objetivo seja a superação da ordem capitalista, afinal como já destacamos a profissão emana vinculada às necessidades do sistema capitalista. Isso não anula o fato de que ao longo do tempo a profissão também sofra mudanças, e segmentos da profissão passam a questionar a sua funcionalidade à ordem do capital configurando os seus princípios como aqueles que defendem os interesses da população usuária dos serviços sociais e da classe trabalhadora. Assim, no decurso do Serviço Social como profissão vão sendo construídas referências que expressam sua identidade profissional, derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional.

Sendo a profissão resultado de relações sociais contraditórias engendrada pelo capitalismo dos monopólios, ela é ao mesmo tempo um produto vivo de seus agentes do protagonismo individual e coletivo de profissionais organizados a partir de um projeto ético-político que solda suas projeções e hegemoniza sua direção social, não sem tensões que determinadas circunstâncias, aparece, na autorepresentação profissional como manifestações de crise profissional. (RAICHELIS, 2018, p. 32)

É claro que também novas demandas, exigências e funções vão surgindo para o Serviço Social no seu cotidiano profissional. Do ponto de vista da demanda, o que se observa é que o Serviço Social como profissão vem desenvolvendo sua intervenção junto aos segmentos pauperizados e subalternizados da sociedade, o que agrega características singulares à profissão (NETTO, 2007, p.57) que interfere em situações sociais que afetam as condições concretas em que vivem os usuários dos serviços na

⁴ O trabalho abstrato é um tempo de trabalho social médio.

sociedade. Nas palavras de Netto (IDEM, p.51), “o assistente social é um dos mediadores privilegiados na relação entre a população dominada, oprimida ou excluída, e o Estado”.

O exercício profissional do Assistente Social possui componentes da cotidianidade, ou seja, a profissão está entrelaçada com o próprio cotidiano, afinal o espaço no qual se realiza esse exercício é no cotidiano, que é o lugar onde se consolidam, se perpetuam ou se transformam as condições de vida onde incidem as práticas profissionais. Para Heller (1989, p. 17),

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. O homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela colocam-se em funcionamento todos os seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões idéias, ideologias. O fato de que todas as suas capacidades se coloquem em funcionamento determina também, naturalmente, que nenhuma delas possa se realizar, nem de longe, em toda sua intensidade.(HELLER, 1989, p. 17)

Sendo assim, esse é o lugar de reprodução dos indivíduos, é nesse espaço (vida cotidiana) que se faz a história, conformando-se por isso um espaço ineliminável e insuprimível. (NETTO, 2007, p.70).

Guerra (2012) destaca que as características do cotidiano, são: a heterogeneidade (característica que se expressa pela diversidade de demandas do cotidiano que ocupa por inteiro a atenção dos sujeitos); a espontaneidade (marca conferida ao fato do indivíduo se apropriar das coisas de modo espontâneo, naturalizando os modos e costumes sociais), imediatividade (capacidade do indivíduo em responder pela heterogeneidade das demandas às respostas, e estas, caracterizam como imediatas) e superficialidade extensiva (se confere pela espontaneidade, heterogeneidade e imediatividade das demandas cotidianas os sujeitos dão respostas às mesmas na superficialidade, sem reflexão que possibilite seu desvelamento, que exige um esforço concentrado e contínuo).

É nesse cotidiano que há uma alta rotatividade de demandas, que nos deparamos com a imediatividade do exercício profissional, além de correremos o risco de nos intoxicar pelas aparências que obscurecem a capacidade humana em desvelar as possibilidades de objetivação humano-genérica.

Contudo, cabe aos profissionais traçarem, estratégias para romperem com as características superficiais do cotidiano, afinal como afirma Guerra (IDEM, p. 47) o nível do cotidiano é o senso comum, logo, é necessário suspender esse cotidiano, no sentido de atingir a sensação e a consciência do ser humano-genérico, em plena relação com o humano e a humanidade de seu tempo. Entretanto, como já afirma Netto (2007), só é possível suspender esse cotidiano e não o extinguir por completo, pois a vida (cotidiana) estabelece um circuito de retorno à cotidianidade.

Não raro na vida cotidiana só se percebe o singular, ignorando nesse palco as mediações entre o particular e o global, o singular e o coletivo. Ademais, é o cotidiano que:

[...] não facilita a percepção das demais dimensões da profissão. Tudo se passa como se o exercício profissional fosse isento de teoria, de uma racionalidade, da necessidade de se indagar sobre a realidade, de valores éticos e de uma direção política e social. (GUERRA, 2012, p. 46)

Sobre o trabalho do Assistente Social, ao darmos ênfase à dimensão técnico-operativa que diz respeito ao saber fazer e conjuga um conjunto de saberes (GUERRA, 2011), não significa ignorarmos as demais dimensões que compreendem o exercício profissional que são a Teórico-Methodológica que se refere a apropriação de um referencial teórico crítico, e a Ético-política que constitui o posicionamento e o compromisso político com a classe trabalhadora. Essas três dimensões configuram o tripé da profissão e como aduz Guerra (2012), elas se autoimplicam, se autoexplicam e se determinam entre si, e, portanto, negá-las, especialmente as duas últimas supracitadas, seria reforçar o próprio tecnicismo como suficiente para a efetivação do exercício profissional e, também para o enfretamento das múltiplas expressões da “questão social”, o que não é uma verdade.

Partindo para esse debate sobre a dimensão técnico-operativa é importante recuperamos a discussão sobre a instrumentalidade do trabalho do Assistente Social que se diferencia dos instrumentos, pois o primeiro requer uma intencionalidade, permitindo ao profissional um olhar conceitual da intervenção numa dada realidade social como “categoria constitutiva do exercício profissional” (GUERRA, 2000, p.6). Ou seja, a instrumentalidade exige um pôr consciente (teleológico) que possibilita um pensar e refletir sobre o melhor instrumento a ser manuseado para se atingir as finalidades para o qual foi proposto. Esse movimento de pensar os instrumentos é

essencial para que não se caia numa prática mecânica, burocrática, repetitiva, e permite ao Assistente Social priorizar os objetivos da sua ação em detrimento dos instrumentos e técnicas de intervenção.

2. Serviço social e refúgio: desafios e possibilidades do trabalho com refugiados

O propósito deste item é indicar elementos para uma breve reflexão sobre os desafios e possibilidades do trabalho do assistente social com os usuários refugiados no Brasil.

Como já destacamos no item anterior, no decurso do Serviço Social como profissão vão sendo construídas referências que expressam sua identidade profissional, derivada do modo de inserção objetiva da profissão nas relações sociais e de seu modo de pensar e efetivar o exercício profissional. Além disso, novos espaços de atuação também surgem, pois à medida que a sociedade se modifica, novas requisições e demandas vão surgindo para a categoria que também se transforma nesse processo passando a assumir compromissos com a classe trabalhadora e com mudança de ordem societária. Tais compromissos, estão expressos no Projeto Ético Político, e nas demais legislações pertinentes à profissão como a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8662/1993, Código de Ética Profissional de 1993 e as diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) de 1996. Deste modo, o reconhecimento quanto às condições de vida e de trabalho nos processos sócio-culturais que permeiam a vida em sociedade, bem como reconhecimento legal da profissão, trazem novas exigências e funções.

Como já destacamos no item anterior novas demandas e funções surgem paulatinamente para a profissão, dentre elas a realidade dos refugiados que são pessoas obrigadas a deixarem seu país de origem por motivos diversos que ameaçam sua vida e liberdade. A esse respeito é importante já destacarmos que o diploma legal que regulamente o refúgio no Brasil é a brasileira é a Lei 9474/97 que conta com 49 artigos e implementa o Estatuto do Refugiado no Brasil. Essa lei em seu Art. 1º identifica como refugiado:

[...] todo indivíduo que: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal

país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (BRASIL, 1997).

O refúgio também é uma expressão da “questão social”, afinal este fluxo migratório que é uma realidade histórica resulta da violência engendrada pelo capitalismo – assentado na contradição capital x trabalho –, sistema no qual os interesses particularistas burgueses também se materializam nas disputas pela riqueza (natural ou produzida), pela dominação espacial ou pelo controle da força de trabalho. Tais aspectos facilitam a valorização do capital monopolista que transforma toda a sociedade em um grande mercado, ou seja, potencialmente lucrativa, mesmo que isso venha impactar a vida de inúmeras pessoas. Em uma palavra, percebemos em nosso estudo que o refúgio provocado por guerras e conflitos não é uma decorrência natural, ele também é uma expressão do desenvolvimento da sociedade capitalista reconhecido no limiar do século XX, a partir das grandes Guerras Mundiais.

Sintetizando: o fenômeno do refúgio, historicamente tão complexo é reflexo do desejo ávido do sistema capitalista em tornar potencialmente lucrativa toda sociedade mesmo que isso ameace a vida de milhares de pessoas que são obrigadas a deslocarem-se em busca de salvaguardar suas vidas. Neste sentido o refúgio é compreendido como uma expressão das desigualdades sociais. Logo, o trabalho com a população refugiada é uma realidade em meio a pluralidade de espaços socio-ocupacionais do assistente social e um compromisso da categoria, pois:

- O serviço social é compreendido como uma profissão de cunho eminentemente interventivo;
- O Assistente Social trabalha basicamente com processos sociais emancipatórios;
- O profissional tem acesso à vida cotidiana da população, por buscar mobilizar os sujeitos singulares e coletivos para lutarem por seus direitos,
- Conforme a orientação do Projeto Ético Político da categoria, tem uma importante contribuição a aportar a esse processo, no sentido de ampliar direitos, dar visibilidade às contradições que caracterizam tal sociedade, entre as quais a violação de direitos.

- E o Código de Ética Profissional possui dentre os princípios fundamentais da profissão a defesa intransigente dos direitos humanos, logo, o compromisso com os usuários é o fortalecimento desses direitos na prestação de serviços qualificados e na concretização dos compromissos ético-políticos em favor deles, contribuindo para a criação e ou implementação de políticas emancipatórias.

Por tantos motivos que se somam a outros mais, é real, urgente e necessário o compromisso da profissão com esse segmento usuário dos serviços sociais, sendo candente que o profissional se aproprie de fundamentos teórico-metodológicos como parte de sua competência, buscando uma práxis transformadora, e deste modo preparando-se para as inúmeras demandas que surgem no cotidiano.

É válido ressaltar que o exercício competente e compromissado do trabalho profissional do Assistente Social demanda a apreensão de que “nos limites de nossa sociedade e nos limites mais estreitos do trabalho profissional, há o que fazer, especialmente para não perder o rumo ético e a medida do político”. (BARROCO, 2008, p. 231). Também se faz necessário a compreensão da profissão, vinculada às dimensões teórica, prática, ética e política, e para isso, o assistente social deve ter clareza do projeto ético-político, balizador da intervenção profissional, caracterizado por uma opção pela “construção de uma nova ordem societária, sem dominação e exploração de classes, etnia e gênero” (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, 1993, 8º Princípio Fundamental).

Com tais preceitos não restam dúvidas que colocar-se a favor dos refugiados buscando coletivamente, junto à sociedade, alternativas que deem conta da efetivação das premissas da profissão é um dever dessa categoria que objetiva a realização e ampliação de direitos sociais e humanos.

Para tanto, faz-se necessário que o profissional não só reconheça o seu compromisso ético-político, mas busque materializá-lo no cotidiano profissional. Porém, cabe pontuar que a ação do assistente social, para ser efetivada, deve estar compromissada com a ética e, portanto, seus princípios devem ser observados, dentre eles, destacam-se:

Ampliação e consolidação da cidadania, considerada como tarefa primordial de toda a sociedade, com vistas às garantias dos direitos civis, sociais e políticos [...]; **Posicionamento em favor da equidade e justiça social**, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como a sua gestão democrática; e o

Empenho na **eliminação de todas as formas de preconceitos**, incentivando o respeito e a diversidade, à participação de grupos sociais altamente discriminados e a discussão das diferenças. O exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religiosidade, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, 1993, p. 15, grifos nossos).

Sendo assim, não restam dúvidas que essa profissão tem compromissos ético-políticos que abarcam esse segmento, afinal seu Código de Ética deve estar sempre em mãos dos profissionais para que se mantenham permanentemente vigilantes em seus posicionamentos éticos e políticos, de modo a transformá-los em ações que combatam as diversas manifestações do preconceito.

Os crescentes desafios que passam as pessoas que migram forçadamente, como os refugiados, as quais encontram maiores dificuldades para a própria integração nas sociedades de acolhida, estão mais vulneráveis a se converterem em vítimas de violações dos direitos humanos como discriminações, situações de escravidão e tráfico de pessoas.

É nesse sentido que cabe-nos refletir criticamente sobre o atendimento às demandas apresentadas pela população em situação de refúgio no Brasil ao Serviço Social, pois reconhecemos que o trabalho do Assistente Social em seu cotidiano esbarra em uma heterogeneidade de situações possíveis de serem refletidas, mas que dada a urgência por respostas imediatas, o atendimento à essa população que possui particularidades como a saída de uma guerra, de um conflito armado, ou perseguições por motivações variadas, pode estar comprometido, pois o profissional em sua rotina pode não conseguir dar respostas críticas, nem captar as mediações necessárias que permitam passar das análises macrosocietárias para as situações do seu cotidiano.

É nesse contexto que se faz importante o processo reflexivo (BARROCO, 2008), pois é por meio da interpretação e de uma leitura acerca da realidade vivenciada por esse grupo; do conhecimento das legislações que garantem direito e proteção a essa população; de um arsenal teórico crítico; e de uma mobilização de meios para responder às demandas de maneira competente e compromissada, que se pode alcançar uma consciência crítica e uma intervenção profissional propositiva e garantidora de direitos.

As ações socioeducativas que estimulem o diálogo e a problematização do trabalho do Assistente Social com refugiados devem ser para ambos os sujeitos, afinal

o percurso que o assistente social traça com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não, também estimula o desenvolvimento do seu conhecimento frente a realidade do usuário que possui suas particularidades, história e vivências marcadas pela grave violação de direitos em sua terra natal que o obrigou a fugir para salvar sua vida. Ou seja, queremos dizer que no processo reflexivo tanto o profissional como usuário aprendem. As demandas que chegam às instituições trazidas por esse grupo, são reveladoras de processos de desigualdade, perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política, sujeição à exploração, guerras, conflitos, dentre outras variadas expressões que ameaçam suas vidas.

As capacitações aos profissionais frente ao atendimento à população refugiada no cotidiano profissional, devem ocorrer buscando viabilizar a formação da consciência crítica que se realiza à medida que são criadas as condições para que os Assistentes Sociais reflitam sobre as particularidades das migrações internacionais.

Reconhecemos nessa discussão que as condições de trabalho e as demandas institucionais nem sempre possibilitam esse processo crítico, afinal as próprias instituições possuem rotinas em seu cotidiano, na qual o profissional se insere e reproduz, sem identificar as questões que fogem da rotina, entretanto, cabe ao profissional romper essas barreiras que inviabilizam um trabalho realmente comprometido com o usuário. Em outras palavras, devido ao assistente social trabalhar diretamente com o cotidiano, ele possui dificuldades de ultrapassar a esfera da cotidianidade – que requer respostas imediatas e eficazes –, porém isso não deve ser um engessador de sua intervenção, pois mesmo que lhe sobre pouco tempo ou nenhum para realizar um exercício diferenciado, que rompa com a fenomenalidade e com a “manutenção da mesmice” (GUERRA, 2012, p.52), por exemplo, a vida cotidiana há sempre uma “margem de movimento e possibilidade” (HELLER, 1972, p.37) na qual o trabalho do Assistente Social pode e deve superar o equívoco de homogeneizar as respostas que darão às demandas, afinal num caso de solicitante de refúgio que chega num atendimento social, é atravessado por questões que ultrapassam a demanda aparente, como situação de exploração sexual, tráfico de pessoas, perseguição política, entre outros.

Considerações Finais

Destacamos que o Assistente Social é um profissional que está inserido em diversos lócus de trabalho, nos quais lidam, diariamente, com as diversas expressões da questão social, que é a base de sua especialização de trabalho. Com isso ressaltamos que o trabalho do assistente social com a população refugiada é uma realidade no exercício profissional que se dá em diferentes espaços socio-ocupacionais, afinal compreendemos o refúgio como uma expressão da questão social.

Vimos que o espaço da vida cotidiana é, por si, o lugar da reprodução do trabalho profissional, existindo uma relação intrínseca entre a dinâmica do cotidiano e as respostas demandadas por este profissional em seu exercício.

O estudo sobre a vida cotidiana é essencial para quem se debruça a conhecer a profissão, afinal, se considerar que a prática profissional do assistente social ocorre na vida de todo dia da população usuária dos serviços sociais, interpretamos que o cotidiano é atravessado por uma rede complexa de relações que escapam às compreensões estigmatizadas e idealizadas da vida social. É por esses motivos que devemos reforçar o processo reflexivo como uma prática urgente e necessária no cotidiano profissional, para que assim possamos ultrapassar essa dinâmica, ampliando diferentes níveis de concepção com as possibilidades humano-genéricas.

Identificamos como desafios do trabalho profissional com a população em situação de refúgio, o próprio cotidiano, que obscurece as possibilidades de uma intervenção marcada pela reflexão crítica, propositiva e que assegura direitos sociais e defende os direitos humanos. Consideramos que a suspensão temporária do cotidiano, o compromisso profissional com os valores universais, o conhecimento sobre as leis que regem a questão em discussão, e as capacitações, são fatores que possibilitam um processo reflexivo sobre a realidade, bem como, proporcionam um exercício profissional que enfrenta os desafios postos na sociabilidade burguesa.

Com este artigo, pretendeu-se contribuir para esse debate, sem a intenção de esgotar todas as dimensões que lhe são presentes.

Referências

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CRESS. Conselho Regional de Serviço Social. Coletânea de Leis e Resoluções. **Lei Orgânica de Assistência Social**, 1993. Rio de Janeiro, 2005.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade, n. 62. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: **A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 1972. (Tradução: Carlos Nelson Coutinho).

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

NETTO, José Paulo. **Cotidiano: Conhecimento e crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: Trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporâneo. In: RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria (orgs.). **A nova morfologia do trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.